CONSELHO REGULADOR

DELIBERAÇÃO N.º 56/CR-ARC/2018

de 13 de novembro

Relativa ao procedimento contraordenacional instaurada à Sociedade de Comunicação para o Desenvolvimento – Tiver, S.A. pela emissão de um videoclipe com conteúdo sexual imediatamente anterior ao programa Espaço Infantil da TIVER

Cidade da Praia, 13 de novembro de 2018

CONSELHO REGULADOR

DELIBERAÇÃO N.º 56/CR-ARC/2018

de 13 de novembro

Processo de Contraordenação N.º 05/2018

Nos autos do processo a margem referenciado, a Sociedade de Comunicação para o Desenvolvimento – Tiver, S.A., na qualidade de proprietária e operadora do serviço de programas de televisão Tiver, foi notificada no dia 4 de outubro de 2018 da instauração do presente processo de contraordenação pela emissão pela Tiver de um videoclipe com conteúdo sexual imediatamente anterior ao programa Espaço Infantil, tendo-lhe sido fixado o prazo de 10 dias úteis para apresentar sua defesa, requerer quaisquer meios de provas, podendo fazer-se representar por um defensor nos termos dos Artigos 61.º e 62.º do Regime Geral das Contraordenações, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 60/95 de 27 de Outubro conjugado com o n.º 1 do Artigo 341.º do Código de Processo Penal.

Decorrido o prazo, a Arguida não apresentou a sua defesa nem ofereceu o requereu qualquer meio de prova,

Termos em que, ao abrigo da alínea v) do n.º 3 dos Estatutos da ARC aprovado pela Lei n.º 8/VIII/2011, o Conselho Regulador delibera:

I. Dos fatos

O serviço de programas televisivo Tiver, operada pela Arguida Sociedade de Comunicação para o Desenvolvimento – Tiver, S.A., divulgou, no dia 19 de junho de 2018, o videoclipe da música “Taste” do artista estadunidense Tyga com duração de 3:52 (três minutos e cinquenta e dois segundos) no programa Espaço Musical que teve início às

13:21 e término às 13:48:52, conforme o Alinhamento de Programa deste enviado à ARC, em anexo à resposta ao pedido de esclarecimento.

1. O videoclipe foi emitido entre as 13:59 e as 14:03 horas, depois do videoclipe “You dont know my name”, de Alicia Keys, e antes de “Perfect” de Ed Sheeran.
2. O videoclipe da música “Taste”, além da letra, em inglês, ser repleta de gírias e calões grosseiros, impróprios para as crianças e adolescentes, conta com a participação de várias jovens mulheres seminuas, dançando de forma explicitamente erótica e sexualmente insinuante, além de figurantes a fumar.
3. O Alinhamento Diário daquele serviço de programas submetido à ARC não contém a descrição da programação que se segue ao programa Espaço Musical, mas, consultando a programação da mesma no seu sítio eletrónico¹, regista-se que de segunda-feira a sexta-feira, depois do programa Espaço Musical (13:20 horas a 14:00 horas), segue-se o programa infantil Espaço Infantil (14:00 horas a 16:45 horas), seguindo-se, ainda, a este a emissão da série infantil “Power Ranger” (16:45 horas a 17:15 horas).

II. Defesa da Arguida

4. Devidamente notificada, no dia 4 de outubro, para no prazo de 10 dias úteis exercer a sua defesa, apresentar ou requerer qualquer meio de prova, decorrido o mesmo, a Arguida não exerceu a sua defesa, não apresentou nem requereu qualquer meio de prova.

III. Atribuições da ARC e competência do Conselho Regulador da ARC

5. Constitui um dos objetivos da ARC ***“assegurar a proteção dos públicos mais sensíveis, tais como menores, relativamente a conteúdos e serviços suscetíveis de prejudicar o respetivo desenvolvimento, oferecidos ao público através das entidades que prosseguem actividades de comunicação social sujeitos à sua***

---

¹ <http://tiver.cv/>

regulação”, conforme se estipula na alínea c) do Artigo 1.º dos Estatutos da ARC, aprovados pela Lei N.º 8/VIII/2011, de 29 de dezembro,

6. Competindo ao seu Conselho Regulador: *“fazer respeitar os princípios e limites legais aos conteúdos difundidos pelas entidades que prosseguem actividades de comunicação social (...)”* e *“Fiscalizar o cumprimento das leis, regulamentos e requisitos técnicos aplicáveis no âmbito das suas atribuições”*, de acordo com as alíneas a) e c), respetivamente, n.º 3 do Artigo 22.º do mesmo dispositivo legal.

IV. Análise e fundamentação jurídica

7. Ficou assente no âmbito do procedimento de averiguação n.º 2/CR-ARC/2018 que deu lugar a este presente processo de contraordenação, que o serviço de programas Tiver, propriedade da Arguida, difundiu, no dia 19 de junho, no programa Espaço Musical, emitido de entre as 12:00 e 14:00 horas, o videoclipe da música Taste do artista estadunidense Tyga repleto cenas de mulheres seminuas dançando provocantemente e de gírias e calões grosseiros. Vídeo que pode ser visualizado em <https://www.youtube.com/watch?v=LjxulQ1bEWg>
8. Aliás, o serviço de programas Tiver, operada pela Arguida, admitiu durante aquele procedimento que a emissão do mesmo deveu-se a “negligência da equipa de supervisão da emissão do dia”. Fls. 11 e 12
9. Um dos limites expressos à liberdade de imprensa, por força da remissão do n.º 2 do Artigo 60.º da Constituição da República para o Artigo 48.º da Magna Carta, é a proteção da infância e da juventude, constante na alínea a) do n.º 5 daquele Artigo.
10. A Lei de Televisão e de Serviços Audiovisuais a Pedido, no seu n.º 1 do Artigo 21.º, como corolário daquele comando constitucional, impõe aos operadores de televisão o dever de observância de uma ética de antena tendo como um dos objetivos específicos contribuir para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

11. Indo mais além, a Lei de Televisão proíbe categoricamente a emissão de programas que tenham conteúdos, designadamente, pornográficos com suscetibilidade de prejudicar a livre formação de crianças e adolescentes no n.º 3 do seu Artigo 44.º.
12. O videoclipe da música Taste do intérprete estadunidense Tyga emitido pelo serviço de programas da Arguida no dia 19 de junho do corrente ano, como analisado na Deliberação N.º 53/CR-ARC/2018, de 2 de outubro que instaurou o processo *sub judice*, é uma encenação com mulheres seminuas dançando eroticamente durante boa parte do vídeo e a letra, não obstante em inglês, é repleta de expressões inapropriadas, *v.g.*, “*And she gon' suck me like a fuckin' Hi-C*” ou “*Make these bitches scream*”.
13. Tanto as cenas do videoclipe como a letra da música, não olvidando que as crianças e principalmente os adolescentes hodiernamente já conhecem minimamente a língua inglesa e as letras das músicas traduzidas, podem facilmente serem encontradas na internet, são suscetíveis de prejudicar o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.
14. Não se trata de ocultar o nudismo da realidade das crianças e dos adolescentes, até porque estes últimos, estando numa fase de rápida transformação física, emocional e cognitiva, precisam de informações que os ajudam perceberem a fase em que se encontram.
15. No entanto, as informações, sobretudo por imagens, têm de ser graduado em função da faixa etária e do nível de compreensão e descodificação a que, normalmente, estão relacionados.
16. O videoclipe *in casu* é dirigido sobretudo para um público mais jovem, já com personalidade formada e que gostam deste género de música.
17. A emissão do videoclipe, além do seu conteúdo, peca pelo horário em que o mesmo se deu: período vespertino, entre as 13:59 e as 14:03 horas e logo antes da emissão de programas direcionado ao público infantil, Espaço Musical, o que aumenta a

- probabilidade de crianças e adolescentes terem assistido o referido vídeo, tendo em conta que se trata de um serviço de programas generalista de acesso não condicionado livre.
18. De referir que a emissão de programas com conteúdos suscetíveis de prejudicar gravemente a livre formação de crianças e adolescentes, como é o caso, só é permitida mediante a adoção de funcionalidades técnicas adequadas a evitar o acesso a esses conteúdos por parte daquele público, como dispõe o n.º 11 do Artigo 44.º da Lei de Televisão,
  19. Funcionalidades que poderiam ser ocultação/distorção de imagens mais obscenas e corte de expressões grosseiras, como as referidas, exemplificativamente, no articulado 13 supra.
  20. O fato torna mais grave quando a Tiver não tem ainda um Diretor, como determina o Artigo 24.º da Lei da Comunicação Social e Artigo 40.º n.º 1 da Lei de Televisão, que é o responsável pela orientação e supervisão do conteúdo da emissão.
  21. À existir um Diretor da Tiver, com responsabilidade pela orientação e conteúdos emitidos pelo serviço de programas, eventualmente, não teria havido “negligência da equipa de supervisão de conteúdo naquele dia” e o referido videoclipe não teria sido emitido.
  22. A infração do n.º 1 do Artigo 21.º da Lei de Televisão e Serviços Audiovisuais a Pedido constitui contraordenação nos termos do Artigo 83.º do mesmo diploma, punida com coima de 10.000\$00 a 300.000\$00 (dez mil a trezentos mil escudos).
  23. No processo, à Arguida foi assegurado o seu direito de defesa, tendo-lhe sido notificada da abertura do processo e facultado o prazo de dez dias úteis para apresentar a sua defesa, apresentar ou requerer meios de provas, sendo-lhe ainda comunicada a possibilidade de fazer-se representar por um advogado. Contudo, a mesma não apresentou qualquer defesa nem requereu ou apresentou qualquer meio de prova.

24. O grau da ilicitude da Arguida é moderado.

25. Não se lhe conhece causas de desculpa.

26. Por outro lado, releva a favor da Arguida o desconhecimento da sua condição económico-financeira.

V. Deliberação

Terminada a instrução do processo, tendo-se concluído que a Arguida, na qualidade de proprietária do serviço de programas televisivo Tiver, não observou o dever de observância da ética de antena que assegure o desenvolvimento da personalidade de criança e adolescentes, previsto no n.º 1 do Artigo 21.º da Lei de Televisão e Serviços de Programas a Pedido e que o mesmo é previsto e punido como contraordenação nos termos do n.º 1 do Artigo 83.º do mesmo diploma, o Conselho Regulador da Autoridade Reguladora para a Comunicação Social, ao abrigo da alínea v) do n.º 3 do Artigo 22.º e do n.º 1 do Artigo 62.º, todos dos Estatutos da ARC, delibera, dentro da moldura abstrata da coima de 10.000\$00 escudos a 300.000\$00 escudos (dez mil a trezentos mil escudos), aplicar à **Sociedade de Comunicação para o Desenvolvimento – Tiver, S.A.**

- **Uma coima no valor de 50.000\$00 (cinquenta mil escudos), pela divulgação do videoclipe Taste do intérprete Tyga contendo imagem e letras inapropriadas suscetíveis de prejudicar o desenvolvimento da personalidade das crianças e dos adolescentes.**

Mais se comunica à Arguida, nos termos dos números 3 e 4 do Artigo 63.º do Decreto Legislativo n.º 9/95, de 27 de Outubro, que:

- i) A presente condenação torna-se definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada;
- ii) Em caso de impugnação judicial, o tribunal pode decidir mediante audiência ou, caso a Arguida e o Ministério Público não se oponham, através de simples despacho;

- iii) A Arguida deverá proceder ao pagamento da coima no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após o carácter definitivo ou trânsito em julgado da decisão;
- iv) Em caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deverá comunicar o fato à Autoridade Reguladora para a Comunicação Social, Edifício Santo António, Bloco A, 2.º andar - Achada de Santo António - Caixa Postal n.º 313-A Tel. 5347171. O pagamento deverá ser efetuado através de cheque emitido à ordem da Autoridade Reguladora para a Comunicação Social – ARC, ou através de transferência bancária para a conta desta Autoridade no BCA, n.º 85740435, NIB 000300008574043510176. Em qualquer das formas de pagamento deverá ser identificado o processo e mencionado o envio, por correio registado para a morada da ARC, do respetivo cheque/comprovativo de transferência, com indicação do número de contribuinte, após o que será emitida e remetida a respetiva guia de receita.

Notifique-se, nos precisos termos do n.º 2 do Artigo 42.º e Artigos 43.º, n.º 1, e 66.º do Decreto-Legislativo n.º 9/95, de 27 de outubro.

Esta Deliberação foi aprovada, por unanimidade, na 23.ª reunião ordinária do Conselho Regulador da ARC

Cidade da Praia, 13 de novembro de 2018.

O Conselho Regulador,

**Arminda Pereira de Barros, Presidente
Maria Augusta Évora Tavares Teixeira
Alfredo Henriques Mendes Dias Pereira
Karine de Carvalho Andrade Ramos**